

39º Encontro Anual da ANPOCS

SPG17 - Potências tradicionais, potências emergentes e a ordem mundial contemporânea: dilemas, tensões e possibilidades

**ENTRE A CRISE NEOLIBERAL E A ASCENSÃO DA ESQUERDA NA  
BOLÍVIA:**

Um estudo acerca da Política Externa do governo Evo Morales

Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes  
Mestrando em Relações Internacionais (PUC Minas)  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
casasp26@gmail.com

Caxambu / 2015

## **1. INTRODUÇÃO**

A ascensão dos governos de esquerda na América Latina vem chamando atenção devido a sua reprodução, às sucessivas vitórias eleitorais e também ao grande número de países envolvidos. Desde 1998, inúmeros governos de esquerda e centro-esquerda foram eleitos na região, no entanto, é importante ressaltar que muitos deles apresentam enormes diferenças, seja de natureza institucional ou até mesmo em relação às diferentes trajetórias percorridas por eles até a chegada ao poder

Tal qual a tese de Polanyi na qual houve um contramovimento no início do Século XX como forma de proteção, na América Latina também percebe-se um quadro similar no qual o descontentamento com as condições do quadro que se articulou. Aqui, procura-se averiguar até que ponto a guinada à esquerda (Onda Rosa), apesar de representar um movimento heterogêneo, pode ser entendida como um contramovimento nos termos polanyianos, uma vez que a Onda Rosa caracteriza-se por uma agenda progressista, com o Estado redistributivo, tendo o papel central na economia do país.

Para isso, em um primeiro momento, buscar-se-á caracterizar e explicar a chamada “Onda Rosa” latino-americana, procurando ressaltar sua diversidade, suas características e o contexto da ascensão desses governos considerados de esquerda e centro-esquerda.

Em um segundo momento, mobilizaremos as contribuições de Karl Polanyi para o modelo analítico com foco na tese do duplo-movimento para analisar as transformações da América Latina. Tais transformações serão abordadas na seção seguinte, na qual serão aplicados os conceitos abordados pelo autor supracitado; primeiramente, evidenciando as mudanças regionais, o que dará suporte para, em seguida, compreender as mudanças ocorridas a partir da ascensão de Evo Morales na Bolívia, bem como desafios e oportunidades da política externa boliviana e sua relação com o binômio autonomia-desenvolvimento

## **2. A ONDA ROSA NA AMÉRICA LATINA E SUAS CARACTERÍSTICAS**

A partir do fim da década de 1990, o que se viu foi uma mudança significativa nos planos sociais e políticos na América Latina. Tal transformação foi caracterizada pela ascensão de partidos, movimentos e lideranças de esquerda cujo sucesso eleitoral pode ser explicado por diversos e variados fatores.

O “giro à esquerda” ocorrido na América Latina foi denominado de “Onda Rosa” e, de acordo com Silva (2010), seu ineditismo, devido ao grande número de países envolvidos, merece ser destacado. Lanzaro (2009) aponta que o movimento tem o caráter de uma “onda” e a diferença em relação às experiências anteriores é resultado de processos democráticos.

Tal ascensão, por sua relativa sincronia e delimitação regional, constitui em si mesma um processo sociopolítico único, que pode ser compreendido em seu conjunto (uma “vaga” de esquerda a percorrer a região), com diversas características coincidentes – mas com suas especificidades locais. (SILVA, 2010, p.1).

Essa ascensão de países de esquerda e centro-esquerda, apesar de ser um movimento de relativa sincronia, é importante destacar, não é homogêneo e uniforme. Tanto a natureza como a trajetória percorrida por esses movimentos são diferentes e, mesmo que haja uma simultaneidade nos eventos, em cada país ocorre de maneira distinta e deixa resultados diferentes, principalmente no que diz respeito às reformas estruturais e à qualidade da democracia.

Antes de discutirmos o contexto sociopolítico latino-americano e suas características e significações, creio ser válido fazer uma rápida distinção entre esquerda e direita e os principais pontos que permeiam tal debate.

## **2.1 Esquerda x Direita**

Por esquerda e direita, Bobbio (1995) aponta dois critérios comumente utilizados para distinguir e contrastar as ideologias: igualdade e liberdade. Por um lado, a posição que os homens organizados em sociedade assumem frente à questão da igualdade. Ao passo que a esquerda parte da premissa de que as

desigualdades são sociais, e enquanto tal, são elimináveis ou passíveis de redução – e que busca-se a redução das desigualdades sociais –, já a direita entende que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis. No entanto, o autor reforça que o fato de a esquerda possuir maior sensibilidade em relação às desigualdades, não significa que ela que ela pretende necessariamente eliminá-las, ou até mesmo, que a direita pretende conservá-las, mas sim que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária.

Em relação ao ideal da liberdade, este encontra sua realização nos princípios e nas regras que estão na base dos governos que reconhecem e protegem os direitos pessoais, civis, políticos e que permite, no âmbito da esquerda e da direita, a distinção entre correntes moderadas e extremistas. Portanto, para se distinguir a direita e a esquerda, deve-se levar em conta a apreciação da ideia de igualdade, e o critério a ser utilizado para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é a postura diante da liberdade (BOBBIO, 1995).

O elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de 'esquerda', e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, [...] não como uma utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais (BOBBIO apud SILVA, 2008, p. 2).

Kurt Weyland (2009) amplia a discussão afirmando que a esquerda acredita na ampla possibilidade de melhorias: “um novo mundo é possível!” A direita cautelosamente deseja preservar as estruturas existentes, ao passo que a esquerda almeja mudanças estruturais. A direita enxerga a natureza humana como imutável, à medida que a esquerda enxerga as pessoas como socialmente construídas e acredita no aprimoramento humano.

A direita entende o mercado como o produto natural da busca pelo auto-interesse e da orientação competitiva, restando ao Estado a garantia do bom funcionamento do mercado. Em oposição, a esquerda deseja submeter a economia à tomada de decisão coletiva, majoritária e democrática, ou seja, pretende usar critérios sociais e políticos em decisões concernentes à população (WEYLAND, 2009).

## 2.2 Contexto latino-americano e a Onda Rosa

Tendo isso claro, percebemos que a América Latina experimentou, durante a década de 1990, o sistema neoliberal de partidos de centro-direita e direita. Porém, alguns fatores contribuíram para que houvesse a ascensão de partidos, líderes e movimentos de esquerda.

Porém, ao contrário do que se podia imaginar em relação a esse quadro de governos neoliberais e ao ajuste estrutural liberal, houve uma inversão nesse sentido. Pouco a pouco, a partir do final dos anos 1990, governos de esquerda foram emergindo no continente, expressando a busca de alternativas para a solução dos graves problemas sociais e econômicos na região.

De acordo com Panizza (2005), o intelectual e político mexicano Jorge Castañeda, em seu livro publicado em 1994, *Utopia Unarmed*, ao examinar a situação da esquerda na América Latina na última década do século XX, afirmou que mesmo que estes movimentos tenham se mantido influentes intelectualmente e nos movimentos populares, a esquerda política, nas palavras do autor, estava “*on the run and on the ropes (p.716)*”.

Weyland (2009) afirma que a virada e a ascensão desses movimentos de esquerda foram inesperadas. Mesmo que as reformas neoliberais na região durante a década de 1990 não tenham tido os resultados esperados, elas tiveram impacto forte na região. O projeto da direita através de privatizações, da liberalização do comércio, desregulamentação e, de forma geral, de um desmantelamento do intervencionismo estatal predominou na região principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

O legado de mais de uma década de reformas de mercado afetou diretamente boa parte da população latino-americana. Politicamente, a brecha entre as promessas e realidades em um contexto de contenção econômica e deterioração das condições sociais proporcionou um espaço que foi ocupado pela emergência de movimentos e líderes de esquerda, legitimando também um discurso acerca dos fracassos do neoliberalismo. Neste contexto, os partidos de centro, centro-direita e direita são os responsáveis pela implantação das reformas

nos anos 1990, bem como as organizações financeiras supranacionais e o governo dos Estados Unidos, como podemos ver na seguinte asserção:

Os fatos são irrefutáveis e a realidade, incomode a quem incomodar, é dura: a aplicação sistemática do neoliberalismo, o modelo do Consenso de Washington, em nosso país significou uma fratura social sem precedentes na vida peruana (HUMALA apud PANIZZA, 2006, p. 9, tradução nossa<sup>1</sup>)

Silva (2010) cita alguns fatores que poderiam explicar a Onda Rosa na América Latina, a saber: a redemocratização ocorrida na região permitiu os processos de “transição” e de “consolidação” das democracias latino-americanas e, mesmo que existam notáveis limitações institucionais e sociais, esse processo possibilitou que houvesse a emergência de forças opositoristas “viáveis”. Com isso, estas novas forças, que passaram a ocupar seu espaço, foram participando de seguidas eleições, desenvolvendo-se e amadurecendo. E então, a chegada de algumas dessas forças ao poder, especialmente as de esquerda, evidenciou que as democracias latino-americanas possuíam ao fim e ao cabo alguma vitalidade.

Outro fator importante para o avanço das esquerdas na América Latina foi o fim da Guerra Fria, e com isso, a derrocada do “socialismo real” e consequente fim da era bipolar. Silva (2010) aponta que, com o fim do “mundo socialista” e a crise do pensamento marxista, abriu-se espaço para a atuação das esquerdas em democracias menos “bloqueadas”. De acordo com Petkoff (2007), muitos partidos que fazem parte do espectro político da esquerda modernizaram suas doutrinas e deixaram o socialismo real, buscando aprofundar a igualdade social e a democracia. Certamente, o desmantelamento da União permitiu às esquerdas a criação de condições para o reestabelecimento de sua autonomia ideológica e política. O Fim da Guerra Fria trouxe uma maior liberação prática e simbólica na região, uma vez que a interferência estadunidense, se não se esgotou, ao menos teve uma significativa redução, uma vez que a “luta contra o comunismo” não mais

---

<sup>1</sup> Los datos son irrefutables y la realidad, pese a quien le pese, es terca: la aplicación sistemática del neoliberalismo, el modelo de Consenso de Washington en nuestro país ha significado una fractura social sin precedentes en la vida peruana

sustentaria e justificaria a política intervencionista dos Estados Unidos. (CASTAÑEDA, 1996; SILVA, 2010).

Como Pecequillo (2003) aponta, com o fim da Guerra Fria, não há mais motivos para a contenção à União Soviética e ao comunismo e, com isso, o desafio da ameaça comunista não mais existia – “nesse novo contexto, governos populares puderam não apenas ser eleitos como também exercer seus mandatos” (LIMA apud SILVA, 2010, p.4).

O desaparecimento da URSS parece ter criado condições para que a esquerda restabeleça sua autonomia ideológica e política. Não carrega o peso morto do que significou o modelo totalitário, ditatorial e economicamente fracassado da URSS, que, segundo a propaganda de seus adversários, seria o “espelho” das proposições progressistas, e que por isto, produzia um potente efeito dissuasivo em nossos países (PETKOFF, 2007, p.118, tradução nossa<sup>2</sup>).

Além disso, outra característica comum a esses movimentos de esquerda que chegaram ao poder foi o antineoliberalismo, permitindo-lhes preservar seu caráter alternativo e oposicionista nestes países (SILVA, 2010). Lanzaro (2007) evidencia as marcas e consequências do neoliberalismo e da globalização, que caracterizam alguns dos problemas latino-americanos de longa data, entre eles a pobreza, os altos índices de desigualdade, as velhas e novas formas de marginalidade, as fronteiras de inclusão e exclusão, a heterogeneidade e a fragmentação; resumindo, o dualismo de nossas sociedades que se recria e se reforça com os desdobramentos dessa “modernização” capitalista.

O Consenso de Washington, como modelo e programa político de desenvolvimento para a América Latina, fracassou em três pontos fundamentais: em primeiro lugar, nos índices de crescimento e nos indicadores sociais, consolidando ainda mais a desigualdade social historicamente presente na região. Em segundo lugar, o fracasso faz-se evidente no colapso institucional e fiscal dos estados dos países da região (...). Em terceiro lugar, o fracasso do CW manifesta-se também no plano ideacional. Sustentado pela ideologia liberal (...) os países da América Latina iriam finalmente não só seguir a trilha correta do capitalismo vitorioso da Guerra Fria, mas também achar o atalho que os conduziria para o primeiro mundo de uma maneira mais rápida, embora em certos casos dolorosa. (VADELL, 2011, p.1)

---

<sup>2</sup> La desaparición de la URSS pareciera haber creado condiciones para que la izquierda restablezca su autonomía ideológica y política. No carga ya con el peso muerto de lo que significó el modelo totalitario, dictatorial y económicamente fracasado de la URSS, que, según la propaganda de sus adversarios, sería el “espejo” de las proposiciones progresistas, y que, por lo mismo, producía un potente efecto disuasivo en nuestros países.

Panizza (2006) assinala que uma possível interpretação para a ascensão dos governos de esquerda é atribuída às frustrações dos cidadãos com base nos grandes processos que dominaram a região no último quarto do século XX, principalmente as reformas liberais e a democratização. Um sentimento de traição se deu por conta das promessas não cumpridas de que haveria uma melhoria na qualidade de vida da população.

Hodiernamente, um ponto importante a se enfatizar na América Latina é a continuidade democrática presente no continente. Apesar de algumas debilidades, vários países estão desfrutando agora o período contínuo mais longo de governo democrático de sua história e os atores que no passado foram contra a democracia, tais como certas elites econômicas e militares, têm perdido boa parte de sua capacidade de subverter a democracia (PANIZZA, 2006).

Panizza (2006) ainda aponta que essa continuidade democrática tem fortalecido o crescimento da esquerda no continente, permitindo a crescente participação nos processos eleitorais nos cenários nacionais, possibilitando à esquerda experiências de governo no nível local. Sendo assim, esses grupos puderam formar grupos técnicos e ampliar sua base social.

Nesse período, portanto, esses partidos e movimentos se colocaram como alternativas de poder dentro dos limites democráticos, tendo em vista que o modelo neoliberal não serviu como solução para os históricos problemas da região. Mas temos que salientar que além das semelhanças existentes dentro dos diferentes partidos e movimentos de esquerda, devemos nos atentar ao fato de que também existem diferenças importantes dentro desse espectro político.

### **3. APONTAMENTOS TEÓRICOS**

Em seu grande clássico, *A Grande Transformação*<sup>3</sup>, Karl Polanyi buscou interpretar de que maneira ocorreu a mudança nos planos econômicos, sociais e políticos entre os séculos XIX e XX. O historiador classifica, em um primeiro

---

<sup>3</sup> Originalmente publicado em 1944.



momento, a força do mercado autorregulável e as características inerentes à esse modelo presente na sociedade do século XIX. Segundo Polanyi, eram quatro instituições que formaram as bases do referido período: 1) O sistema de equilíbrio de poder; II) O padrão ouro; III) Mercado autorregulável; e, IV) Estado liberal. De acordo com Polanyi, duas delas de natureza política, duas econômicas. Além disso duas de caráter nacional, duas de caráter internacional. “Entre si, determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização (POLANYI, 2000, p.3)”.

Para Polanyi (2012), a mudança de uma sociedade marcada pelas características supracitadas para uma na qual o Estado intervencionista passa a ter papel central na economia e no desenvolvimento do Estado pode ser explicada pela tese do duplo-movimento.

Tal tese aponta para dois momentos de origens e características distintos e antagônicos. Além disso, como destaca o autor, essa dinâmica caracteriza-se pelas ações de dois princípios nos quais se organizavam a sociedade; além de se constituírem em métodos e forças sociais definidas. Isto é, em um primeiro momento, o autor chama atenção para um movimento caracterizado justamente pelo liberalismo econômico e cuja preocupação se dava em relação à difusão do sistema de mercado. Os métodos para o estabelecimento do mercado autorregulável se davam, segundo Polanyi, por meio do apoio das classes comerciais, e baseavam-se no *laissez-faire* e o livre comércio. Se, antes a sociedade tinha como motivação a subsistência como modo de produção, a revolução industrial serviu para iniciar, ou acelerar, algumas transformações. Antes, a motivação era a economia por subsistência, o lucro passou a ser o objetivo dos membros da sociedade. Desse modo, a moeda torna-se o novo padrão de trocas que visa a obtenção de renda, esta, por sua vez, a resultante da venda, sendo que o preço teria a liberdade de se autorregular – e sem qualquer interferência externa. Esse padrão institucionalizado define o termo “sistema de mercado” segundo Polanyi (2012),

Para Polanyi (2012), esse movimento foi confrontado por aquilo que foi chamado de contramovimento, cuja função era de proteção à sociedade e que visava restringir o modelo oposto.

Durante um século a dinâmica da sociedade moderna foi governada por um duplo movimento: o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cercava essa expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a autorregulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado (POLANYI, 2012, p. 145).

O sistema de mercado, excludente em sua constituição, no entanto, a partir do princípio da proteção social, cujo objetivo era de preservação tanto o homem quanto a natureza produtiva, utilizava-se de diversos métodos de intervenção, como legislação protetora, associações, etc. (POLANYI, 2012).

#### **4. GRANDES TRANSFORMAÇÕES NA AMÉRICA LATINA?**

##### **4.1. Contexto Regional**

Em uma perspectiva diacrônica, objetiva-se, portanto, lançar bases para um paralelo ao contexto latino americano e que visa um estudo da tese do duplo-movimento de Polanyi, presente em sua obra *A Grande Transformação*, que buscou analisar a Inglaterra do século XIX. Nas décadas de 1980 e 1990, como já mencionado, a região latino-americana teria aderido em peso ao neoliberalismo. De acordo com David Harvey (2005),

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2005, p. 11).

Tal sistema, caracterizado também por políticas de cortes em gastos sociais, além de não ter resolvido o problema crônico de pobreza na região latino-americano, percebeu-se um aprofundamento das desigualdades (HARVEY, 2005; VADELL, 2011). Nesse contexto, as prescrições do chamado Consenso de Washington causaram profundo impacto em quase toda a região, como fica evidente na seguinte passagem:

O Consenso de Washington, como modelo e programa político de desenvolvimento para a América Latina, fracassou em três pontos fundamentais: em primeiro lugar, nos índices de crescimento e nos indicadores sociais, consolidando ainda mais a desigualdade social historicamente presente na região. Em segundo lugar, o fracasso faz-se evidente no colapso institucional e fiscal dos estados dos países da região (...). Em terceiro lugar, o fracasso do CW manifesta-se também no plano ideacional. Sustentado pela ideologia liberal (...) os países da América Latina iriam finalmente não só seguir a trilha correta do capitalismo vitorioso da Guerra Fria, mas também achar o atalho que os conduziria para o primeiro mundo de uma maneira mais rápida, embora em certos casos dolorosa. (VADELL, 2011, p.1)

Temos que destacar a herança neoliberal, que de acordo com Filgueiras, foi o projeto político-econômico ancorado em um plano de estabilização e de controle à inflação. No entanto, as mazelas advindas de tais políticas causaram um profundo impacto na sociedade:

Estabilidade relativa dos preços e baixíssimo crescimento econômico, acompanhados pelo aumento das dívidas externa e interna; a desnacionalização do aparato produtivo, com transferência de renda do setor público para a setor privado e da órbita produtiva para a órbita financeira; a elevação das taxas de desemprego e a redução dos rendimentos do trabalho. Em suma, aprofundamento dramático da dependência e da vulnerabilidade externa do país, a ampliação da fragilidade financeira do setor público, a precarização do mercado de trabalho e a manutenção ou deterioração das condições sociais – pobreza, criminalidade, violência e desigualdade de renda e de riqueza (FILGUEIRAS, 2002, p.1).

Segundo Panizza (2006), o panorama que articulava a democracia liberal, as reformas de mercado e as características da integração regional representavam uma possibilidade de desenvolvimento e se mostrava como um considerável consenso entre as elites políticas da América Latina. Evidentemente, o respaldo das elites não garantiria por si só o sucesso eleitoral, comprovando que esses governos também obtiveram apoio popular, e que fica claro com as vitórias de Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Eduardo Frei no Chile, Julio María Sanguinetti no Uruguai, Alberto Zedillo no Uruguai, Carlos Menem na Argentina e Alberto Fujimori no Peru, muito embora os dois últimos tenham algumas peculiaridades<sup>4</sup>. Nesse mesmo período, as relações hemisféricas entre

---

<sup>4</sup> Segundo Francisco Panizza (2006), Carlos Menem e Alberto Fujimori possuíam uma marca populista que os diferenciava dos outros. No caso de Fujimori, ainda há a quebra da frágil democracia de seu país.

os países da região e a superpotência, os Estados Unidos, atingiram seu melhor momento em anos, principalmente devido às convergências em relação à democracia e ao livre mercado (PANIZZA, 2006; KINGSTONE, 2011).

Bill Clinton apareceu para a América Latina como um presidente em sintonia com os novos ventos da região, incluindo um compromisso com a democracia e os direitos humanos, sem as hipocrisias e contradições da Guerra Fria (PANIZZA, 2006, p.3, tradução nossa<sup>5</sup>).

Pecequillo (2003) completa que, após décadas de intervenções, interferências, descaso e diversas outras características que marcaram as relações interamericanas durante a Guerra Fria, os Estados Unidos, seguindo seus objetivos e interesses, teriam começado a trabalhar de forma mais construtiva no âmbito regional, ressaltando, portanto, um salto qualitativo nas relações hemisféricas no continente americano.

O fracasso em elevar a qualidade de vida das populações latino-americanas bem como os problemas advindos a partir das reformas neoliberais certamente foram fatores determinantes para que partidos, líderes e movimentos de esquerda emergissem no continente a partir do fim da década de 1990.

Nesse sentido, pode-se dizer que a “Onda Rosa” tem seu início propriamente em 1998, quando Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais na Venezuela. Ele foi eleito pelo Movimento V República (MVR), partido fundado por Chávez no ano anterior. De acordo com Silva (2010), Chávez foi eleito após colapso das instituições e partidos tradicionais; 2 anos depois, em 2000, é a vez da vitória de Ricardo Lagos do Partido Socialista do Chile, representando uma inflexão à esquerda na *Concertación*, aliança que governou o Chile desde a transição democrática ocorrida em 1990. 2000 também foi o ano da primeira reeleição de Hugo Chávez, na Venezuela. Em 2002, foi a vez do Brasil, quando Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito. Em 2003, Nestor Kirchner foi eleito pelo Partido Justicialista na Argentina. Em 2004, Tabaré

---

<sup>5</sup> Bill Clinton aparecía a Latino América como un presidente en sintonía con los nuevos vientos de la región, incluyendo un compromiso con la democracia y los derechos humanos sin las hipocresías y contradicciones de la guerra fría.

Vázquez, da Frente Ampla, foi eleito presidente no Uruguai. No ano de 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo, venceu as eleições presidenciais em um momento de intensa crise que a Bolívia enfrentava. O ano seguinte, 2006, foi marcado por 5 vitórias de líderes de esquerda. Hugo Chávez foi reeleito novamente; Luís Inácio Lula da Silva também conseguiu sua reeleição. No Chile, Michele Bachelet, do Partido Socialista, é eleita como sucessora de Ricardo Lagos; Rafael Correa, do Pátria Altiva e Soberana, chegou ao poder no Equador. A eleição de Correa foi também em meio a forte crise nas instituições e partidos tradicionais. Na Nicarágua, Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, foi eleito. 2007 foi marcado pelas eleições de Álvaro Colom e Cristina Kirchner. O primeiro foi eleito presidente na Guatemala, enquanto a segunda foi eleita na Argentina, substituindo seu marido, Nestor Kirchner. Em 2008, foi a vez de Fernando Lugo, da Aliança Patriótica para a Mudança e com grande representação dos movimentos sociais, ser eleito presidente no Paraguai, pondo fim aos 60 anos ininterruptos de governo do Partido Colorado. 2009 também foi um ano chave dos movimentos de esquerda no continente. Maurício Funes, em El Salvador, foi eleito presidente pela Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional. José Pepe Mujica, também da FA, foi eleito no Uruguai; Rafael Correa reeleito no Equador e Evo, na Bolívia. 2010 foi o ano de Lula fazer sua sucessora. Dilma Rousseff representou a continuidade do governo petista no Brasil, além de ter sido a primeira presidenta no país. 2011 marcou a eleição de Ollanta Humala no Peru. Na ocasião, o presidente eleito pelo Partido Nacional Peruano superou a filha do ex-presidente Alberto Fujimori, Keiko Fujimori. No mesmo ano, Cristina Kirchner alcançou sua reeleição, assim como Daniel Ortega, na Nicarágua. Em 2012, Hugo Chávez se manteve no poder ao vencer o candidato da direita, Henrique Capriles. No entanto, com a morte do comandante em março de 2013, novas eleições presidenciais foram convocadas na Venezuela. Concorreram ao pleito Nicolás Maduro, que era o vice de Chávez e mais uma vez Henrique Capriles, que novamente saiu derrotado, dessa vez por uma pequena margem, que suscitou questionamentos por parte da oposição venezuelana. Ainda em 2013, Rafael Correa confirmou seu favoritismo nas urnas com uma expressiva vitória no Equador. Em 2014, Michele Bachelet, em uma nova coalização ainda mais à esquerda do que anteriormente, retorna ao poder após um intervalo de 4

anos, e em El Salvador, Salvador Sánchez Cerén, que era o vice de Mauricio Funes, também é eleito pela FMNL, o que reforça a alcance desse movimento, que se reproduziu em quase todo o continente. (CHERNAVSKY, 2014; FERNANDES, 2012; SILVA, 2010). Como se vê, a emergência de partidos de esquerda ou centro-esquerda foi se consolidando na América Latina e tornou-se, portanto, uma tendência na região. Porém, temos que levar em conta que estes partidos e governos caracterizam-se por possuírem organismos e estruturas diferentes umas das outras.

Como aponta Dominguez (2010), a década de 2000 foi muito positiva, de forma geral, para os países latino-americanos. Ademais dos índices de crescimento apresentados pelos países e devido também a algumas tendências na economia internacional, muitos desses governos se viram financeiramente independentes dos pacotes do FMI, por exemplo, algo que foi muito recorrente, principalmente nas décadas anteriores.

Pela primeira vez em uma geração, portanto, os governos latino-americanos poderiam definir as políticas econômicas consideradas próprias, para o bem ou para o mal — o FMI havia sido relegado a um segundo plano e, como resultado, o governo dos EUA não poderia influenciar políticas econômicas latino-americanas por esta via indireta também (DOMÍNGUEZ, 2010, p.8, tradução nossa<sup>6</sup>).

Essa rotação histórica no eixo dos governos latino-americanos evidencia que os partidos e sistemas partidários, cada um dentro de seu contexto nacional e de sua atuação, podem levar a distintas situações e resultados. Lanzaro (2007) aponta que as crises podem provocar sérios problemas para os partidos, podendo levar ao colapso dos sistemas partidários, tal qual se viu na Venezuela e Bolívia, por exemplo. No entanto, há casos em que se verifica uma renovação dos partidos e progresso do sistema partidário, como nos países cujos sistemas partidários são historicamente consistentes, como no Chile e Uruguai, e até mesmo no Brasil, mesmo este possuindo um sistema, nas palavras do autor, um pouco mais “rudimentar”.

---

<sup>6</sup> For the first time in a generation, therefore, Latin American governments could set their economic policies as they deemed fit, for good or ill — the IMF had been relegated to the sidelines and, as a result, the US government could not influence Latin American economic policies through this indirect route either.

Decorrente disso, a partir da caracterização e contextualização desse processo que culminou nesse quadro político na região, ressaltando sua diversidade e destacando as mudanças estruturais e conjunturais, nacionais e regionais, que ocorreram no continente e que teriam favorecido a chegada dos partidos e lideranças de esquerda ao poder, a ascensão dos mesmos não representa um movimento homogêneo. Além disso, deve-se reforçar os processos internos de cada país e as agendas de desenvolvimento.

O Brasil, por exemplo, apesar de todas as promessas eleitorais da presidente Rousseff, está passando por sérios ajustes fiscais, os Bancos nunca lucraram tanto, fora a agenda conservadora sob a batuta de Joaquim Levy, ministro da fazenda no atual mandato da presidente (MARINGONI, 2015; SAFATLE, 2014). Já para Bresser-Pereira (2013), Dilma não foi capaz de romper com aquilo que o autor chamou de “tripé econômico”, dominante no Brasil desde o fim da década de 1990, que movido pelos interesses de capitalistas rentistas e financistas, o tripé econômico ortodoxo composto por “superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 9) foi capaz de gerar lucro. Lucro que, para Polanyi (2012) – e como vimos, pode ser entendido como explicação única para a origem sistema de mercado autorregulável.

## **5.2 Antecedentes e Crise na Bolívia e a Ascensão de Evo Morales**

A chegada de Evo Morales ao poder é tida como histórica na Bolívia. Morales, de origem cocalera, é também o primeiro presidente indígena do país. De acordo com Delgado & Cunha Filho (2010), a ascensão do partido MAS e de Evo Morales, feita sob uma plataforma de esquerda, representou um importante momento para o país que, assim como a maior parte do continente, esteve sob o prisma do neoliberalismo.

A ascensão de Morales pode ser diretamente ligada à crise de hegemonia<sup>7</sup> que se estabeleceu no país ainda na primeira metade da década de 2000 – vale

---

<sup>7</sup>). No caso boliviano, a noção de crise de hegemonia vem de Gramsci. Segundo Alves (2010), isso acontece quando “a classe dominante perde a direção das classes subordinadas, já que estas rompem com os intelectuais que as representam (ALVES, 2010, p. 81)”.

reforçar que entre os anos de 2003-2005, os dois presidentes que precederam Morales renunciaram ao cargo político mais alto daquele país (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Com a legitimidade do sistema político boliviano em xeque e com a forte crise política e fruto de uma série de mobilizações populares, Morales surgiu como um projeto político alternativo cujos objetivos eram resgatar a representatividade de um povo historicamente marginalizado e substituir as políticas inerentes ao modelo neoliberal. A vitória de Morales – o primeiro presidente eleito com maioria absoluta desde o processo de redemocratização – marcou uma importante inflexão também no que diz respeito à inserção internacional da Bolívia e que possui reflexos tanto na busca pela autonomia quanto pelo desenvolvimento social (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010; DESHAZO, 2006).

Eleito com uma agenda política de fortes tintas desenvolvimentistas e nacionalistas e rejeitando o modelo político anterior, calcado na desregulamentação dos mercados, privatização das estatais e priorização do investimento estrangeiro direto, o novo governo estabeleceu como prioridades a retomada do protagonismo estatal na economia, a reversão das privatizações e o controle sobre os recursos naturais estratégicos (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 289).

Desse modo, a política externa foi definida na campanha de Evo Morales como um dos eixos prioritários de seu governo, uma vez que passa a ser entendida “intrinsecamente articulada ao processo de mudanças internas proposto pelo governo e baseada na construção da soberania nacional” (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 289).

O governo entendia que a política externa seria um importante eixo sob o qual o país poderia se desenvolver e garantir também autonomia, principalmente em relação aos antigos e tradicionais parceiros, como Estados Unidos e Europa. Delgado e Cunha Filho (2010) apontam que, atrelado à uma diversificação de sua inserção internacional, valorização da cultura indígena e maior participação do Estado na economia, seria possível conduzir o país rumo ao desenvolvimento econômico e à superação das desigualdades existentes no país. É nesse contexto que analisaremos três pontos desse novo modelo boliviano que foi iniciado em 2005 no governo de Evo Morales, e depois, faremos uma análise desses elementos tanto para a esquerda na região quanto para as implicações e desafios



que surgem para os bolivianos. Como mencionado, serão analisados os seguintes elementos: 1) refundação da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e a reestatização do setor de hidrocarbonetos, considerada essencial para a economia do país; 2) a reversão das privatizações; e 3) diversificação das relações exteriores do país.

Sobre a questão de autonomia e desenvolvimento, Briceño Ruiz (2014) destaca a complementaridade de ambos, porém o autor destaca que são objetivos distintos. Além disso, “a autonomia é a capacidade da nação de escolher, decidir e agir por si mesma” (BRICEÑO RUIZ, 2014, p. 21, tradução nossa<sup>8</sup>). Para o autor, “a autonomia é um objetivo fundamental do Estado da periferia, pois o permitiria de neutralizar as atitudes hegemônicas de países terceiros” (BRICEÑO RUIZ, 2014, p. 21, tradução nossa<sup>9</sup>).

O setor de hidrocarbonetos era controlado de forma integral por empresas estrangeiras, sendo a Petrobras, a majoritária em suas ações. Com a promulgação do decreto denominado “Heróis do Chaco<sup>10</sup>, inicia-se portanto, o processo de nacionalização do setor de hidrocarbonetos, considerado essencial para a economia boliviana. Com todas essas medidas que visavam a maior participação do Estado, como apontam Delgado & Cunha Filho (2010), o governo se colocou em rota de colisão e em constante tensão com outros atores internacionais. Os contratos com as petroleiras foram revistos e, desse modo, o controle das refinarias foi retomado. Assim, ficou estabelecido:

A passagem do controle das operações à YPFB, convertendo às petroleiras privadas em prestadoras de serviço, e a criação de empresas mistas entre a estatal boliviana e as demais companhias privadas atuantes no país. Seriam transferidas, com indenização, ações das empresas privadas à YPFB, de modo a torná-la sempre sócia majoritária, com a assinatura de novos contratos e uma repartição de lucros e pagamento de impostos e regalias mais favoráveis ao governo (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 290).

Nesse contexto, é importante salientar que a reversão das privatizações não se deu apenas no setor dos hidrocarbonetos. Segundo Delgado e Cunha

---

<sup>8</sup> La autonomía es «la capacidad de la nación para optar, decidir y obrar por sí misma.

<sup>9</sup> La autonomía es un objetivo fundamental de un Estado de la periferia pues le permitiría neutralizar las actitudes hegemónicas de terceros países.

<sup>10</sup> O nome do Decreto é em alusão ao episódio da Guerra do Chaco, que durou de 1932 até 1935, e que teria sido fomentada pelas empresas petrolíferas internacionais (DELGADO; CUNHA, 2010).

Filho (2010), a empresa telefônica ENTEL também passou por esse processo. A empresa, controlada pela italiana Euro Telecom que, insatisfeita com as medidas adotadas por Evo Morales, levou o caso à arbitragem no Centro Internacional para Arbitragem de Diferenças Relativas a Investimentos (CIADI), órgão ligado ao Banco Mundial responsável por julgar litígios entre as transnacionais e governos. Tal fato culminou na saída da Bolívia da CIADI e, logo em seguida, foi criado o Ministério de Defesa Legal das Recuperações Estatais, cujo objetivo seria de “defender legalmente as estatizações nos foros internacionais em que o país fosse acionado (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 291).

No que diz respeito às relações internacionais da Bolívia, também foram vistas mudanças significativas, principalmente levando em consideração os padrões antigos de sua inserção internacional. Desse modo, percebe-se que três momentos distintos dessa nova fase da política externa de Evo. O primeiro se dá no continente sul-americano e diz respeito ao novo papel que o país busca exercer na região; em seguida, tal mudança se dá em relação ao posicionamento frente aos Estados Unidos da América, país considerado um importante parceiro devido às ajudas financeiras e investimentos realizados no país; e, por fim, a busca por novos parceiros no plano internacional e cujo objetivo se caracterizava pela diversificação das relações diplomáticas da Bolívia (BRINS; SANCHEZ, 2011; DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Em relação ao primeiro ponto mencionado, sobre o novo papel na região, o que pode ser dito é que devido não apenas à conjuntura política da América do Sul, mas também às tensões que emergiram com o Brasil, importante aliado da Bolívia, o governo de Evo estabelece novas parcerias e dá nova ênfase à integração regional – evidenciado pelo ingresso do país na Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), em 2006, e, mais recentemente, com o processo de adesão do país como membro pleno do Mercosul. Além disso, Evo intensifica as relações com outros países da região, com forte ênfase na Venezuela, com Chávez sendo um parceiro essencial – e a despeito de todas as críticas que emergiram no sentido de que Evo estaria seguindo questões puramente ideológicas, Delgado e Cunha (2010) apontam para certo pragmatismo, que fica evidente nas relações estratégicas que foram estabelecidas em relação ao

comércio do país e ao petróleo (BRINS; SANCHEZ, 2011; DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Com relação aos Estados Unidos, a proximidade ideológica por parte da Bolívia aos líderes regionais, como Evo, Chávez, Fidel e Correa, bem como o modelo político que viria a ser implantado por esses líderes, geram alguns fatores que causaram forte preocupação à Casa Branca. Desse modo, as relações bilaterais entre os Estados Unidos e a Bolívia têm sido bastante complexas nos últimos anos e, muito disso, devido à nova postura que o governo boliviano adotou a partir de 2006, data do início do primeiro mandato de Evo Morales (DESHAZO, 2009)

Como salientam Delgado e Cunha Filho (2010), de acordo com a política de combate às drogas dos governos estadunidenses, uma das principais frentes de atuação se dá justamente na erradicação das plantações de coca, que para os bolivianos, é considerada símbolo milenar e cultural do país. A partir desse impasse, o governo boliviano passou a lutar para que a planta, e o seu consumo, sejam despenalizados. Ao mesmo tempo, o governo afirma que o cerco deve aumentar em relação à produção e consumo da cocaína. Mesmo com a diferença na abordagem ao tráfico de drogas, a Bolívia empenhou-se em garantir a renovação da Lei de Promoção Comercial e Erradicação de Drogas na Região Andina (ATPDEA), que garante aos países signatários a redução de tarifas alfandegárias estadunidenses para produtos andinos. Em troca, o governo estadunidense exigiu o compromisso desses países no combate ao tráfico de drogas (SANTOS, 2010).

No entanto, o governo de Evo não alcançou êxito em relação a essa renovação. O Congresso estadunidense até aprovou a renovação do plano, porém o presidente à época, George W. Bush vetou em ato administrativo, o que gerou forte insatisfação devido à importância do plano para a economia boliviana (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Ademais, dentro desse novo parâmetro para a política externa boliviana, havia forte preocupação no fortalecimento do multilateralismo, portanto, como mencionamos, o governo de Morales deu grande ênfase à diversificação de suas relações diplomáticas. Essa estratégia visava diminuir a dependência tanto política quanto econômica daqueles tradicionais parceiros bolivianos, os Estados

Unidos e a União Europeia. Além disso, esse pragmatismo da política externa boliviana ambicionava garantir maior poder de barganha, além do avanço do desenvolvimento nacional (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Como parte dessa nova agenda, também se observou a aproximação com alguns países do Oriente Médio, muitos deles considerados hostis à política de Washington, tais como Líbia e Síria (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010).

Foram assinados acordos de cooperação técnica no setor de hidrocarbonetos, construção civil e laticínios. A aproximação com a Rússia no setor de hidrocarbonetos e defesa e combate ao narcotráfico insere-se no mesmo paradigma (DELGADO; CUNHA FILHO, 2010, p. 303).

Desse modo, é possível perceber que Evo Morales, apesar de todas as limitações existentes, seja de natureza geográfica, econômica ou mesmo de poder, com todas as mudanças impostas, conseguiu, de certa maneira, dar notoriedade à Bolívia, sendo a política externa um importante elemento para isso. Ficam evidentes, portanto, as consequências da guinada à esquerda na América do sul, não apenas para a agenda interna, dando contorno também à política externa e cujas estratégias foram fundamentais não apenas para garantir a possibilidade de desenvolvimento e redução de assimetria, mas também pode ser entendido como um dos fatores da estabilidade e continuidade do governo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos, a ascensão dos países de esquerda na região é um movimento que chama bastante atenção devido ao grande número de países envolvidos em um curto espaço de tempo. Desde a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, vários países foram ou ainda estão sendo governados por governos de esquerda e centro-esquerda. No entanto, devido enormes diferenças entre esses movimentos e partidos, deve-se ressaltar a complexidade de tal “onda”.

Tanto o desenho institucional, quanto a natureza do partido e as trajetórias percorridas deixam em evidência a heterogeneidade de tal movimento e cujas consequências são marcantes na região, principalmente considerando a agenda política que muitos destes governos conseguiram implementar, mas que também afetam a qualidade democrática na região.

Em um contexto e com uma conjuntura que se mostrou amplamente favorável, líderes e partidos de esquerda e centro-esquerda conseguiram ganhar força, o que possibilitou que, além de participarem de sucessivas eleições, esses movimentos puderam reestruturar e alcançaram o poder, dando forma à chamada guinada à esquerda no continente, ou como adotou parte da literatura, a “Onda Rosa”.

Pensado em um contexto democrático, Karl Polanyi procurou explicar as transformações da sociedade em uma análise que também envolve o mercado. A partir da tese do duplo-movimento, o autor buscou analisar a Inglaterra em uma análise que, em um primeiro momento, as forças agem pró-mercado e em seguida, seria caracterizada por um contramovimento, espontâneo, visando a proteção da sociedade.

O objetivo desse artigo foi de lançar bases para a aplicação do conceito de duplo-movimento de Karl Polanyi para o contexto latino-americano. Sob uma perspectiva diacrônica, procurou-se, em um primeiro momento, caracterizar o contexto latino-americano e a adesão aos preceitos do neoliberalismo. Este seria o movimento o qual Polanyi classifica como em favor do livre comércio e livre mercado.

Em relação ao contexto latino-americano, é importante fazer algumas ressalvas. Primeiro diz respeito aos contextos estudados. Existem diferenças em relação ao descrito e apresentado por Polanyi. As reformas de mercado apresentadas na Inglaterra por Karl Polanyi diferenciam-se das reformas vistas na América do Sul. O contexto da globalização trouxe uma nova roupagem ao “neoliberalismo”. Tanto no plano interno quanto externo, podemos perceber as iniciativas dentro desse contexto.

No entanto, interpretamos que, como uma maneira de proteção frente às consequências e marcas deixadas pelo neoliberalismo, paulatinamente, líderes e

movimentos de esquerda chegaram à presidência em seus países – representando, portanto, o contramovimento descrito por Polanyi. Mas também há ressalvas. Muitos destes governos só não foram capazes de reverter muitas das transformações, como tiveram, muitas vezes, além de fazer alianças pragmáticas para conseguirem chegar ao poder, implementar políticas e reformas similares às aquelas presentes nos governos de inclinação neoliberal e de direita e centro-direita.

Em relação ao caso apresentado, além de demonstrar a força dessa mudança e as consequências para os partidos dentro de um quadro regional, buscou-se evidenciar como essas mudanças incidiram sobre a Bolívia, país que possuía os piores índices da região e que passava por forte momento de crise de suas instituições e alta instabilidade política.

Ficou evidente que a eleição de Evo Morales representou um momento histórico para o país que, além de ser o primeiro presidente de origem indígena, soube resgatar a representatividade de um povo historicamente excluído e foi capaz de oferecer condições de desenvolvimento ao país e a população, sendo que a política externa foi considerada elemento preponderante para as transformações em curso no país.

A partir de uma agenda pautada na diversificação das relações exteriores do país, da nacionalização e recuperação do setor dos hidrocarbonetos e da reversão das privatizações, Morales foi capaz de reverter várias das limitações de um país pobre, pequeno e com obstáculos geográficos. Isso garantiu certa autonomia ao país, o que antes era considerado bastante improvável, principalmente devido à grande dependência existente em relação às ajudas vindas de Estados Unidos e União Europeia.

No entanto, a nova agenda política, a concepção da política externa e nova abordagem do governo também trouxeram alguns desafios ao país. Primeiro, no que tange às reversões das privatizações, o país se viu muitas vezes em conflito com antigos parceiros, cuja solução muitas vezes se deu no âmbito de organizações de arbitragem e de soluções de controvérsia. Além disso, desafios surgiram também frente aos Estados Unidos, cujas ajudas econômicas no combate ao narcotráfico cessaram ainda no governo de George W. Bush, cujo mandato findou-se em 2008.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**. V. 80, p. 71-96, 2010

BIRNS, Larry; SANCHEZ, Alex. From Obscurity to Center Stage: The Architectonics of Bolivia's Foreign Policy. In: GARDINI G. L; LAMBERT, P. **Latin American Foreign Policies: Between Ideology and Pragmatism**. 1ª Ed. New York: Palgrave Macmillan, 2011, cap. 6, p. 103-118.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. Razões e Significados de uma Distinção Política. São Paulo: Editora UNESP, 1995. 129 p.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. CEBRAP, n.95, 2013.

BRICEÑO RUIZ, José. Autonomía: geneología y desarrollo de un concepto: su relación con el regionalismo. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**. v. 9, n.18, p. 9-41, 2014

CASTAÑEDA, Jorge. América Latina y la terminación de la Guerra Fría: un ensayo sobre la frustración. In: LOWENTHAL, F. A; TREVERTON, G.F. **América Latina en un Mundo Nuevo**. 1ªed. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996. Cap. II, p. 40-69.

CHERNVASKI, Nicolas. **Eleições El Salvador**: vitória do progressismo impulsiona integração da América Central. Revista Forum, 9 abril 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/04/vitoria-progressismo-salvadorenho-impulsiona-integracao-da-america-central/>. Acesso: em 19 jul. 2014.

CUNHA FILHO, C.M. Evo Morales construção do novo bloco histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo. **Revista Oikos**. v. 10, n. 2, p. 150-173.

CUNHA FILHO, C. M.; VIANA, J. P. S. L. A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional. In: João Paulo Saraiva Leão Viana; Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos; Vinícius Valentin Raduan Miguel. (Org.).

DELGADO, Ana Carolina; CUNHA FILHO, C. M. Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales. **Tensões Mundiais**. v. 6, p.287- 300, 2010

DESHAZO, Peter. U.S-Bolivia Relations: Looking ahead. Testimony before the House Committee on Foreign Affairs Subcommittee on the Western Hemisphere. **Center for Strategic & International Studies (CSIS)**. 2009.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. The changes in the International System during the 2000s. In: DOMÍNGUEZ, J. I; CASTRO, R. F. **Contemporary U.S.–Latin American Relations**. 1ªed. New York: Routledge, 2010. Cap 1, p. 1-16.

FERNANDES, Daniela. América Latina teve 'mudanças modestas' com esquerda no poder. BBC Brasil, Paris, 23 nov. 2012. Disponível em: Acesso: em 25 nov. 2012

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e crise na América Latina**: O caso do Brasil. **CLACSO**, Buenos Aires. p. 1-9. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1660.dir/filgueira\\_s.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1660.dir/filgueira_s.pdf)> Acesso em: 28 de fev. 2015.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. 2ª edição: Loyola, 2011.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus. 2a. Edição. 2012.

KINGSTONE, Peter. **The Political Economy of Latin America**: Reflections on Neoliberalism and Development. 1ª edição: Routledge. 192p. 192p.

LANZARO, Jorge. Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia – Una tipología para avanzar en el análisis comparado. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n.12, dez. 2007.

LANZARO, Jorge. La socialdemocracia criolla. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 3, 2009.

MARINGONI, Gilberto. A direita não precisa de impeachment. CartaCapital, <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-direita-nao-precisa-de-impeachment-5396.html>

PANIZZA, Francisco. La Marea Rosa. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-16, ago. 2006.

PANIZZA, Francisco. Unarmed Utopia Revisited: The Resurgence of Left-of-Centre Politics in Latin America. **Political Studies**, Londres, vol. 53, p.716–734, 2005.

PETKOFF, Teodoro. Las Dos Izquierdas. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires n. 197, p. 114-128, 2007.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus. 2a. Edição. 2012.

SAFATLE, Vladimir. Lucro dos bancos: quem ganha, quem perde? CartaCapital, 08 março 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/786/quem-ganha-quem-perde-464.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2015.



SANTOS, Marcelo. Peru: Cultivo de coca, cocaína e combate ao narcotráfico. **Meridiano 47**, vol. 11, n. 119, p.14-20, junho de 2010.

SILVA, Fabrício. 2008. Trajetória das esquerdas sul-americanas até o poder e a questão democrática. In: V Simpósio dos Pós-graduandos em Ciência Política da USP, São Paulo, SP. Agosto, 2008.

SILVA, Fabrício. Até onde vai a “onda rosa”? **Análise de Conjuntura OPISA**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-20, fev. 2010

SILVER, B. J.; ARRIGHI, G. Polanyi's Double Movement: the Belle Époque of British and U.S. Hegemony Compared. *Politics & Society* [S.I.], v. 31, n. 2, p. 325-355, 2003.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba v. 19, n. suplementar, p. 57-79, nov. 2011.

WEYLAND, Kurt. The rise of Latin Americas two lefts? Insights from Rentier State Theory. **Comparative Politics**, v. 41, n. 2, p. 145-163, 2009.